

CEDAW - A avaliação da sociedade civil

Começa, no Brasil, a preparação do relatório da sociedade civil para a Comissão de Monitoramento da CEDAW (*Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*).

Nos países da América Latina, este processo está sendo coordenado pelo Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Especificamente no Brasil, o CLADEM coordena esse processo em parceria com AGENDE (Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento).

Em outubro do ano passado, a Comissão de Monitoramento recebeu do governo o Relatório Nacional Brasileiro à CEDAW. Para participar do processo do relatório *da sociedade*, cada ONG, cada rede e cada feminista podem contribuir avaliando esse documento do governo, fornecendo informações sobre casos de descumprimento da CEDAW pelo governo brasileiro e fazendo as recomendações referentes a cada caso.

Para a composição do relatório da sociedade, CLADEM e AGENDE prepararam um formulário com perguntas que está sendo enviado aos fóruns e articulações dos estados. As organizações feministas e de mulheres têm até **24 de fevereiro** para responder e enviar para cladem@uol.com.br e agende@agende.org.br.

Quem não recebeu o documento governamental, pode acessar www.cladem.org/portugues/regionais/monitoreo_convenios/cedawbrasil.doc.

Prazos

CLADEM e AGENDE deverão sistematizar as respostas dos formulários entre 25 de fevereiro e 20 de março. Em seguida, enviarão o material para as redes e articulações dos movimentos de mulheres. Os movimentos têm até o dia 28 de março para se pronunciarem sobre o trabalho de elaboração da primeira versão do relatório da sociedade civil. Poderá haver uma segunda versão após a crítica do movimento ao texto.

A versão final será fechada entre os dias 3 e 5 de abril deste ano, em reunião promovida por CLADEM e AGENDE com redes e articulações do movimento de mulheres e feminista. A redação final do relatório da sociedade civil deverá sair até 17 de abril. A Comissão de Monitoramento à CEDAW receberá uma versão traduzida desse relatório e fará uma análise comparativa entre os dados apresentados pela sociedade civil e pelo governo brasileiro. O governo terá o mês de junho para defender o conteúdo apresentado em seu relatório junto à Comissão CEDAW.

Boletim Inter-Redes

A circulação de informações é uma estratégia fundamental para o fortalecimento do movimento. Neste sentido, dando seguimento à campanha “Por la Vida de las Mujeres, Ni una muerte mais”, a organização Isis Internacional deseja incluir em seu boletim Inter-Redes as atividades que cada organização ou grupo de mulheres está desenvolvendo em relação ao tema da violência contra mulheres e meninas.

Isis funciona como central de informação da *Red Feminista Latinoamericana y del Caribe contra la Violencia Doméstica y Sexual* e, por ora, dispõe de recursos para a produção de três boletins em 2003. Então, quem tiver informação relevante a respeito do movimento anti-violência contra a mulher pode enviar! Contato com Isabel Duque através de [<iduque@isis.cl>](mailto:iduque@isis.cl)

Portal de mulheres

Outra iniciativa de Isis Internacional que contribuirá para a integração das feministas latino-americanas (inclusive brasileiras!) é o portal Mujeres Hoy (www.mujireshoy.com).

A idéia do portal é cobrir as temáticas de saúde, sexualidade, trabalho, legislação, violência, direitos humanos, tecnologias de informação, cultura e muito mais... Tudo isso para revelar a realidade e a diversidade das mulheres do nosso continente. Pode-se enviar notícias ignoradas ou minimizadas pela mídia e os links dos sites das organizações de mulheres. O portal se destina a públicos amplos de mulheres. Mais informações com Carmen Torres <ctorres@isis.cl>

Sexo

Após a terceira reunião da aliança de organizações do movimento de mulheres latino-americano e caribenho - que impulsiona a Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (Recife, nov 2002 / veja AE 22) - foi elaborado um plano de ação e definida a coordenação da Campanha para o período de três anos. Assumiu o Cladem, através de Roxana Vasquez.

A Campanha elaborou recentemente um manifesto que deverá estimular o debate em toda a região latina-americana e caribenha, através de lançamentos em distintos pontos de cada país da região. Não se trata de um documento acabado. Segundo Roxana, a idéia é que o manifesto seja lido e contestado, aprofundando as discussões sobre sexualidade e reprodução, aumentando nossa capacidade de argumentar e ir além da construção de novos discursos: "precisamos também de novas imagens, pois elas são como sínteses da mudança que queremos", diz.

DEBATE - Para Roxana, o centro do debate pretendido com a Campanha busca "estabelecer as conexões entre as propostas de desenvolvimento aplicadas nos países e o modo como essas propostas afetam nossas práticas sexuais e escolhas reprodutivas. Exercemos realmente nossos direitos sexuais? E nossos direitos reprodutivos?" A campanha tem a perspectiva de pensar o direito como instrumento de mudança e considera esse processo de discussão na sociedade tão ou mais importante que a própria Convenção, como marco jurídico. Através do valioso apoio da ONG THEMIS (RS), a AMB estará distribuindo para os fóruns de mulheres o manifesto da Campanha. As redes parceiras interessadas podem entrar em contato com a Secretaria da AMB.

CONtextos – Nesta edição, anexamos o Manifesto da *Campanha por uma Convenção dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos*. Assim, os fóruns de mulheres já podem ir se preparando para os debates em seus estados, mesmo antes da chegada da publicação. O lançamento do manifesto é uma das prioridades atuais da campanha.

Rumo ao IV Fórum Social Mundial - Novos desafios para as feministas

O próximo FSM será na Índia, entre janeiro e fevereiro de 2004, não mais coincidindo com o Fórum Econômico de Davos. Essa foi a principal decisão anunciada pelo Comitê Político Internacional na sessão de encerramento do III Fórum. A avaliação é que Davos já foi derrotado, ética e moralmente, e que portanto as organizações indianas poderão decidir a melhor data para o próximo FSM. As forças do mercado não foram entretanto derrotadas. Por isso, o Comitê propõe que seja realizado por toda parte, no dia de abertura do Fórum Econômico de Davos, manifestações de protestos, firmando o Dia Mundial de Luta contra a globalização neoliberal.

Um duplo desafio está posto para as feministas: estar nas manifestações da luta anti-globalização e aprofundar sua participação e contribuição na construção de um outro mundo possível.

A presença e contribuição feminista ao processo do FSM exige uma maior articulação entre nós. Essa conclusão, expressa por Lilián Celiberti, da Articulação Feminista Marcosur, foi o ponto de partida e a proposta de continuidade lançada na reunião de feministas, realizada ao término do III FSM, no dia 28, quando redes feministas ali representadas desenharam iniciativas e compromissos comuns.

Conferir maior transparência e participação das feministas na condução do processo foi um dos compromissos firmados, devendo ser concretizado na forma de um boletim global, envolvendo a contribuição das distintas representações feministas no Comitê Político Internacional e comitês nacionais. Articular-se com redes de feministas na Ásia é outro dos desafios, neste caso a rede DAWN terá importante papel. Por fim, ampliar e redesenhar a Campanha contra os Fundamentalismos, que no caso da Índia passa a ser um tema tão estratégico quanto problemático.

Entre todos, o maior desafio será aprofundar o envolvimento das 23 redes articuladas e de muitas outras redes feministas no processo do Fórum, ressalta Lilián, descartando qualquer protagonismo ou disputa por hegemonia neste processo de articulação do feminismo. Em breve, será veiculado o relatório da reunião no boletim global, nas versões inglês e espanhol, que poderão ser traduzidas para outras línguas. Isso contribuirá, segundo Lilián, para nova reunião das redes, prevista para ocorrer entre maio e junho deste ano.

Este mês, faleceu Lígia Constantino da Silva, a irmã Ligia, fundadora da Associação de Mulheres Timboteunse Margarida Barbosa (AMMB) e do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense. Lígia iniciou sua luta na Fase e se dedicou à defesa dos direitos das mulheres, das trabalhadoras e trabalhadores. As mulheres do MMNEPA e AMMB nossa solidariedade.